

ECONOMIA



Guglielmo Mangiapane/Reuters

Com 2,1 milhões de pessoas na pobreza ou exclusão social, Portugal continua longe da meta que fixou para 2030. O objetivo é reduzir este universo para 1,4 milhões.

RENDIMENTOS

Taxa de pobreza tarda em voltar ao mínimo de 2019

População na pobreza ou exclusão social persistiu no ano passado acima dos dois milhões - e agravada nos mais velhos, apesar da subida de pensões próxima de 5% para a maioria. Regiões de Setúbal, Centro e Alentejo somaram pobreza. Madeira teve forte redução.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

Num período novamente marcado por uma subida elevada da mediana de rendimentos, em 7%, sem que tenha havido aumento das desigualdades, a taxa de pobreza voltou às descidas

das no ano passado, mas sem que tenha sido ainda possível retomar o mínimo do histórico nacional disponível, de 2019, obtido antes da pandemia.

Os primeiros dados relativos a 2023 do Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos do Instituto Nacional de Estatística (INE), conhecidos nesta terça-feira, indicam que a taxa de pobreza caiu de 17% para 16,6%, retomando uma trajetória descendente.

Num ano de forte crescimento do emprego e ainda elevada inflação, esta quebra foi acompanhada de uma menor percentagem de famílias com fracas ligações aos mercados de trabalho (4,8%) e também dos níveis de privação material severa (4,3%), ao mesmo tempo que houve uma diminuição das disparidades na distribuição de rendimentos (o coeficiente de Gini caiu para 31,9%).

A tendência é novamente po-

sitiva. Mas não chega ainda para desfazer o agravamento da taxa de pobreza vivido do ano anterior (de 16,4% para 17%) e tão pouco para retomar o mínimo de 16,2% obtido antes do embate da pandemia e dos choques que se lhe sucederam.

“É uma descida, mas não atingem os valores de 2021, quando se deu a subida inesperada para 2022, nem muito menos os valores de 2019, quando a taxa

16,6

POBREZA
A taxa de pobreza caiu em 2023 para 16,6%. Nos últimos anos, agravou-se em 2020 e em 2022, e ainda não recuperou.

atingiu o valor mais baixo em toda a distribuição”, assinala Fernando Diogo, investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS) da Universidade Nova de Lisboa, com vários estudos sobre a pobreza no país. “Ainda não voltámos ao valor de antes da pandemia”.

Os dados apurados pelo INE mostram também que, apesar da descida da taxa, a população em situação de pobreza ou exclusão social quase não se alterou em termos absolutos, persistindo em torno de 2,1 milhões de pessoas e muito longe de garantir o objetivo fixado pelo país para o final da década (1,4 milhões).

Pobreza infantil recua

Também o universo na pobreza infantil não tem vindo até aqui a fazer progressos, com a Rede Europeia Anti-Pobreza a produzir recentemente um manifesto de preocupação, destaca Fernando Diogo, um dos signatários.

Em 2023, contudo, houve melhorias. À semelhança do que aconteceu com a taxa global, a taxa de pobreza infantil recuou. A descida é significativa, de 20,7% para 17,8%, superior à que ocorre entre a população ativa (16% para 14,4%), num ano em que pela primeira vez a taxa de pobreza das famílias com crianças (16,4%) é mais baixa que a de famílias sem crianças (16,7%). “É a primeira vez que essa situação se inverte, embora muito pouco, mas é simbolicamente muito importante”, assinala o investigador, também professor da Universidade dos Açores.

O ano de 2023 teve o início efetivo da implementação da Garantia para a Infância, legislada no ano anterior e destinada a assegurar um valor de transferências sociais mínimo para as famílias com crianças em situação de pobreza.

Ainda assim, a taxa de pobreza das famílias monoparentais mal mexeu, nos 31%, e agravou-se fortemente a taxa das famílias com três ou mais crianças, para 28,2%.

Mas sobe para os mais velhos

Entre os maiores de 65 anos, e ainda que as pensões tenham tido uma atualização significativa no ano passado (4,83% entre as mais baixas, que constituem a maioria), a taxa de pobreza aumentou contudo significativamente, de 17,1% para 21,1%.

“Não se percebe porque é que aconteceu isto em 2023, considerando que já houve algumas medidas para melhorar o rendimento dos idosos. Talvez essas medidas não tenham chegado aos mais pobres”, admite o sociólogo que, no entanto, antecipa melhorias com o alargamento e a valorização do Complemento Solidário para Idosos (CSI) para 600 euros realizados este ano. “Arrisco-me a dizer que haverá uma redução significativa da pobreza entre os idosos”.

Já em 2025, o CSI subirá para 630 euros, quase acompanhando o limiar de pobreza agora atualizado. Além desta medida destinada a complementar as pensões mais baixas, haverá ainda um reforço extraordinário de caráter permanente na atualização das pensões até cerca de 1.500 euros, aprovado pelo Parlamento à revelia do Governo.

O ano de 2023 foi, de resto, marcado por melhorias na capacidade de a proteção social reduzir a pobreza. Segundo o INE, sem transferências (excluindo efeito de pensões) a taxa de pobreza teria sido de 21,4%, mais 4,8 pontos percentuais.

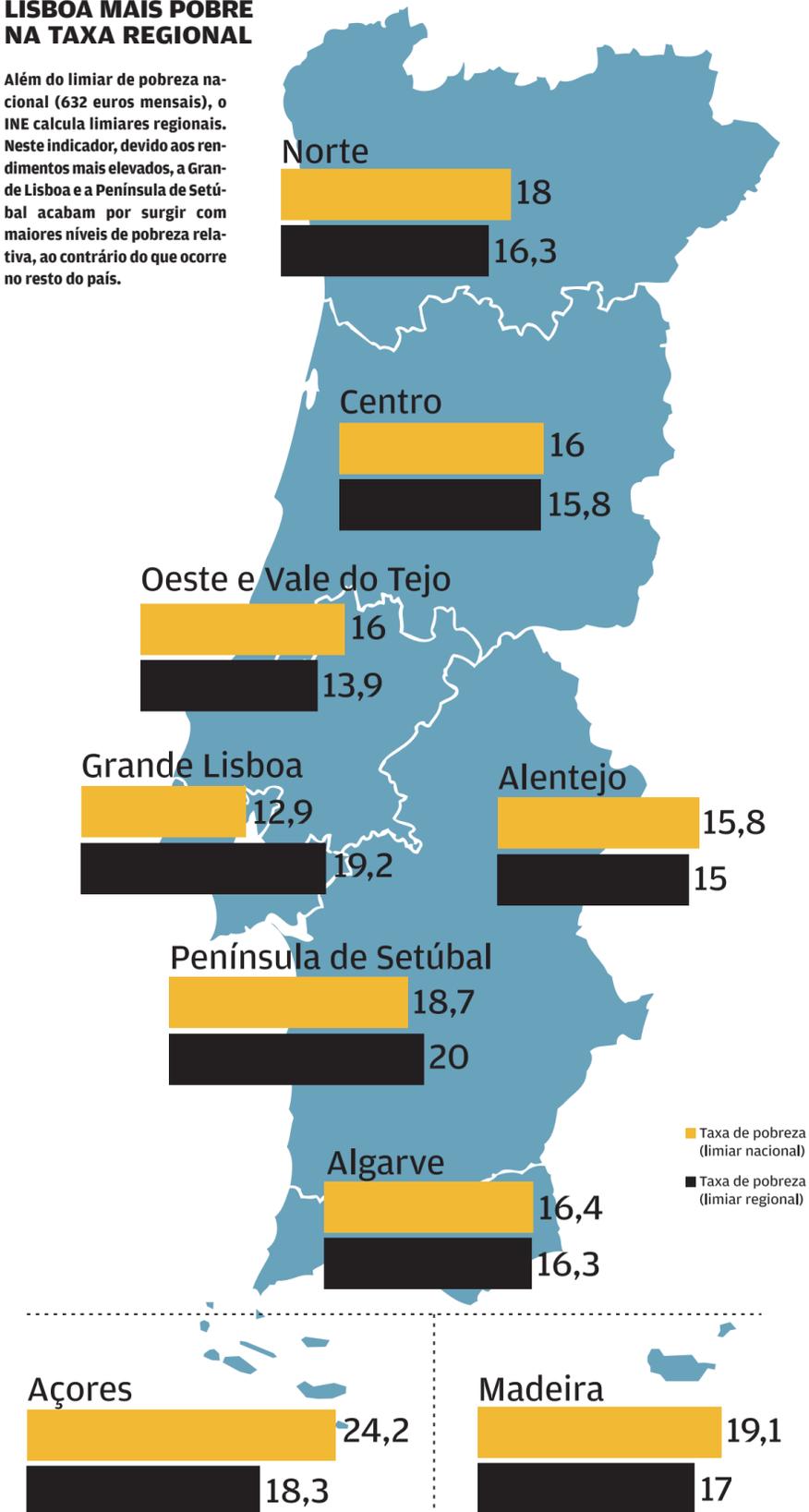
Os dados por região mostram, no entanto, que houve algumas exceções à redução da taxa de pobreza no país, com Península de Setúbal, Centro e Alentejo a subirem para 18,7%, 16% e 15,8%, respetivamente. O INE teve já em conta a nova divisão administrativa na qual a Área Metropolitana de Lisboa (AML) deixou de figurar, distribuindo-se agora os seus territórios por Grande Lisboa, Península de Setúbal e Oeste e Vale do Tejo. Fernando Diogo admite que “alguma” da pobreza antes identificada na AML surja agora nos dados da Península de Setúbal, que apresenta a taxa mais elevada em Portugal continental.

Os Açores, contudo, mantêm-se ainda a região de maior pobreza, a única com taxa superior a 20% (24,2%), depois de a Madeira ter tido uma forte quebra na taxa de pobreza, em 5,7 pontos percentuais, para 19,1%.

Os Açores mantém também a maior desigualdade de rendimentos nacional (coeficiente de Gini 33,8%), seguidos de perto pela Grande Lisboa (32,9%). Esta última regista, porém, a mais baixa taxa de pobreza do país (12,9%) quando medida pela linha de pobreza nacional. ■

LISBOA MAIS POBRE NA TAXA REGIONAL

Além do limiar de pobreza nacional (632 euros mensais), o INE calcula limiares regionais. Neste indicador, devido aos rendimentos mais elevados, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal acabam por surgir com maiores níveis de pobreza relativa, ao contrário do que ocorre no resto do país.



Fonte: INE